



Exploração de Petróleo e Gás na Amazônia

Projetos em curso, fronteiras planejadas e impactos ambientais decorrentes

Contexto Estratégico

Por que a Amazônia entrou no centro da agenda petrolífera nacional

~30 bi

barris de petróleo estimados na Margem Equatorial (ANP/Petrobras)

2030

horizonte de pico e início do declínio da produção do pré-sal

US\$ 3 bi

orçados pela Petrobras até 2029 só para a Bacia da Foz do Amazonas

A Margem Equatorial — cinco bacias entre o Amapá e o Rio Grande do Norte (Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar) — é tratada pelo governo como um possível “novo pré-sal”. A aposta é impulsionada pelas megadescobertas vizinhas na Guiana e no Suriname (mais de 11 bilhões de barris), com as quais a região compartilha sistemas petrolíferos análogos.



Vetor geopolítico

Segurança energética, receitas para a Região Norte e manutenção do papel exportador do Brasil versus compromissos climáticos assumidos na COP30 (Belém, 2025).

Exploração em Curso na Amazônia

Três frentes principais: onshore consolidado, gás privado e nova fronteira offshore



Urucu — Bacia do Solimões (Petrobras, onshore)

Principal polo terrestre do país, em Coari (AM), produz óleo e gás desde os anos 1980. Escoamento pelo gasoduto Coari–Manaus. Governo anunciou em 2026 a retomada da expansão, com 18 novos poços previstos.



Complexo do Azulão — Bacia do Amazonas (Eneva, onshore)

Maior projeto privado de gás na Amazônia, entre Silves e Itapiranga (AM): dezenas de poços, gasodutos e termelétricas em área de floresta preservada. Meta de explorar 14,8 bilhões de m³ de gás; campos Azulão, Japiim e Anebá.

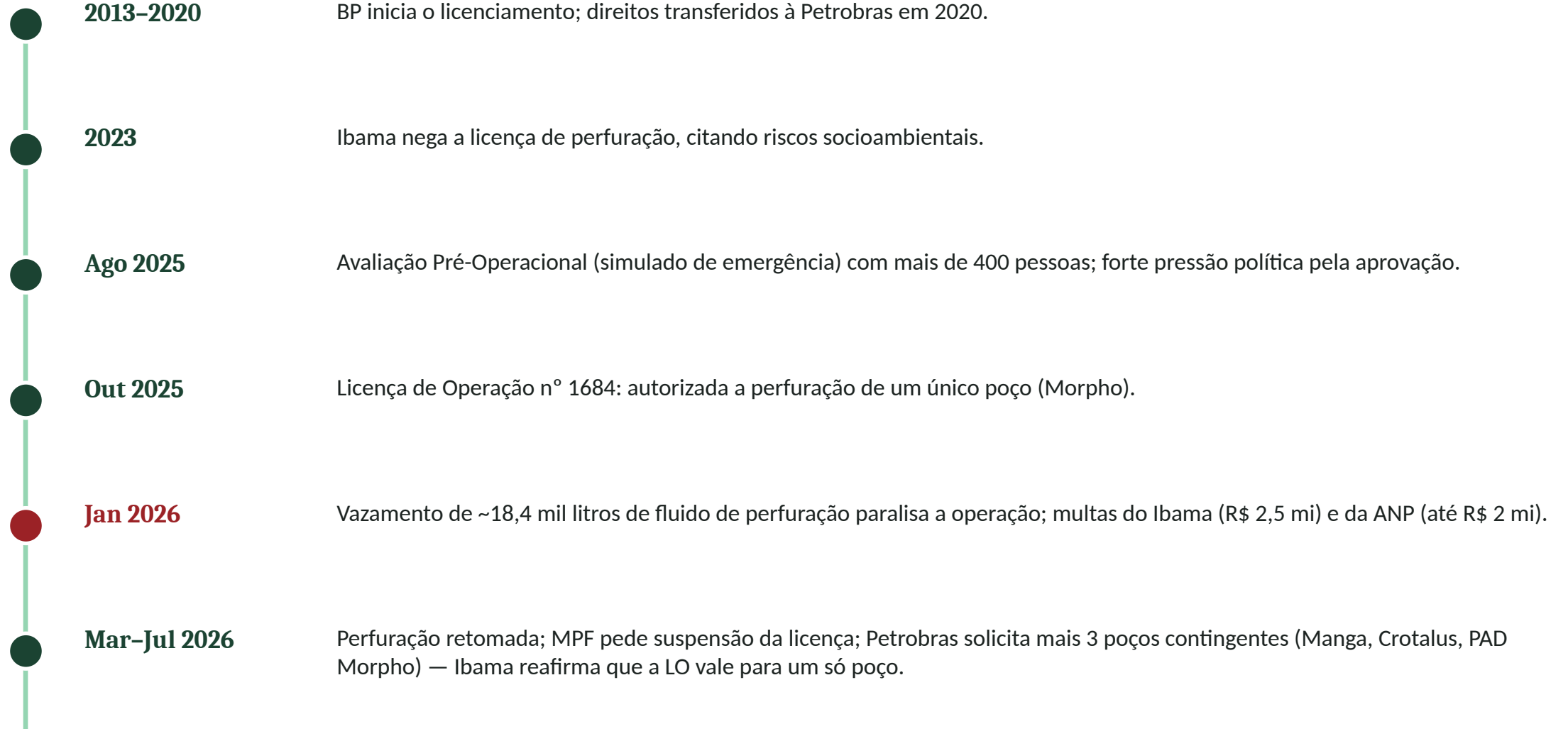


Bloco FZA-M-59 — Foz do Amazonas (Petrobras, offshore)

Primeira perfuração da nova fronteira: poço Morpho, a ~175 km da costa do Amapá e ~2,9 mil m de lâmina d'água. Licença de Operação nº 1684 emitida pelo Ibama em outubro de 2025, um mês antes da COP30.

Foz do Amazonas: a Saga do Bloco 59

Do licenciamento contestado ao primeiro poço da nova fronteira



O Que Está Planejado

Expansão coordenada em múltiplas bacias até 2029



15 poços na Margem Equatorial até 2029

Plano de negócios da Petrobras; 8 deles na Bacia da Foz do Amazonas. A estatal declara que prosseguirá mesmo com resultado negativo no primeiro poço.



Poços contingentes no Bloco 59

Manga, Crotalus e Extensão de Morpho (150–160 dias de perfuração cada, ~2,8–3,0 mil m de profundidade), mais testes de formação — pendentes de anuência específica do Ibama.



Expansão onshore em Urucu

18 novos poços anunciados na Bacia do Solimões, com possível ampliação da logística fluvial pelos rios Juruá e Solimões, próxima a unidades de conservação e terras indígenas.



Novas perfurações na Bacia Potiguar

Após os poços Pitu Oeste e Anhangá (2024–2025), nova perfuração em águas profundas prevista para 2026 — porta de entrada oriental da Margem Equatorial.

Impactos Ambientais — Frente Offshore

Foz do Amazonas: ecossistema singular sob risco de derramamento



Grande Sistema de Recifes da Amazônia

Recifes biogênicos descobertos em 2016 na pluma do rio Amazonas, ainda pouco estudados, situados nas proximidades dos blocos exploratórios.



Correntes intensas e pluma do Amazonas

A Corrente Norte do Brasil dificulta a contenção de óleo: modelagens indicam que um derramamento poderia alcançar manguezais do Amapá e águas do Caribe (Guiana Francesa e vizinhos) em poucos dias.



Maior cinturão contínuo de manguezais do planeta

O litoral Amapá-Pará-Maranhão concentra manguezais críticos para pesca, carbono azul e berçários de espécies — ambientes de altíssima sensibilidade a hidrocarbonetos.



Incidente já registrado

O vazamento de ~18,4 mil litros de fluido de perfuração (jan 2026), ainda na fase exploratória, evidenciou a materialidade do risco operacional na área.

Impactos Ambientais — Frente Onshore

Solimões e Amazonas: floresta, água subterrânea e licenciamento fragilizado



Supressão de vegetação e fragmentação

Clareiras para poços, dutos, estradas de acesso e linhas sísmicas fragmentam floresta primária e abrem vetores de ocupação — efeito multiplicador típico de infraestrutura na Amazônia.



Aquífero Alter do Chão

A exploração de hidrocarbonetos na Bacia do Amazonas sobrepõe-se ao maior aquífero do Norte do país, com risco de contaminação de água subterrânea apontado em pareceres técnicos.



Licenciamento estadual fragmentado

No caso Azulão, o IPAAM dividiu o empreendimento em 41 processos, impedindo avaliação integrada; perícia do MPF aponta EIA desatualizado e área de influência limitada a 2 km dos dutos.



Emissões não inventariadas

Estudos de impacto omitem inventários de gases de efeito estufa e os efeitos da queima do gás nas termelétricas — lacuna apontada por peritos do MPF.

Dimensão Socioambiental

Povos indígenas e comunidades tradicionais na linha de frente

Ausência de consulta prévia (Convenção 169/OIT)

Povos Mura, Munduruku e Sateré-Mawé, em Silves e Itapiranga (AM), não foram consultados no licenciamento do Azulão; o EIA sequer registrava sua presença.

Sobreposição a territórios

Em maio de 2025, a Justiça Federal chegou a paralisar a extração no campo Azulão por sobreposição ao território indígena Gavião Real, após o MPF comprovar a presença indígena.

Comunidades costeiras da Foz do Amazonas

Quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e povos indígenas do Oiapoque apontam riscos à pesca e à segurança alimentar; a Funai requereu estudos complementares de impacto.

Patrimônio arqueológico

Licenças de pesquisa de gás renovadas em áreas com sítios arqueológicos identificados no Amazonas.



Padrão recorrente

Os custos ambientais permanecem com as comunidades locais, enquanto benefícios fiscais e energéticos se concentram fora delas — assimetria que alimenta a judicialização crescente dos projetos.

“Quem fica com esse custo ambiental não é a empresa, é aquela comunidade.” — especialista em povos tradicionais, 350.org

Dimensão Climática e Econômica

A conta da nova fronteira em um mundo em transição energética

R\$ 47 bi

em receitas e benefícios que o país pode perder ao priorizar a Foz do Amazonas em vez de renováveis e biocombustíveis, segundo análise de custo-benefício do WWF-Brasil (2026), com metodologia recomendada pelo TCU.

R\$ 22,2 bi de perdas médias projetadas no cenário fóssil + R\$ 24,8 bi não capturados na eletrificação da matriz.



Emissões incompatíveis com o 1,5 °C

Abrir nova fronteira fóssil contraria as trajetórias da AIE e do IPCC para a neutralidade climática — e o simbolismo de fazê-lo no bioma amazônico, meses após a COP30 em Belém.



Risco de ativos encalhados

Produção que só chegaria ao mercado na década de 2030 pode encontrar demanda global de petróleo em declínio, comprimindo o retorno do capital investido.



Custo crescente do próprio projeto

A campanha do poço Morpho, prevista para 5 meses, superou 10 meses e R\$ 840 milhões, entre paralisações, multas e revisões operacionais.

Tensões Institucionais

Um Estado dividido entre a agenda energética e a ambiental

Pró-exploração

- Presidência da República e Ministério de Minas e Energia pressionam publicamente pela aceleração das licenças
- Governadores do Norte e Nordeste e a presidência do Senado defendem a atividade como vetor de desenvolvimento regional
- Petrobras: Margem Equatorial como substituta estratégica do pré-sal pós-2030

Contrapesos ambientais

- Ibama: negou a licença em 2023, restringiu a LO de 2025 a um único poço e multou o vazamento de 2026
- MPF: ações e recomendações pedindo suspensão/nulidade da licença do Morpho e federalização do licenciamento do Azulão
- Funai e comunidades: exigência de estudos complementares e de consulta prévia

Considerações Finais

● Fronteira em consolidação

A exploração na Amazônia deixou de ser hipótese: há produção onshore em expansão, gás privado em escala e o primeiro poço offshore da Foz do Amazonas em perfuração.

● Risco ambiental demonstrado, não teórico

O vazamento de janeiro de 2026, as lacunas dos EIAs e a sensibilidade dos ecossistemas (recifes, manguezais, aquífero) mostram que os impactos potenciais são concretos e de difícil mitigação.

● Governança como variável decisiva

A qualidade do licenciamento (federal x estadual), a consulta aos povos tradicionais e a independência dos órgãos de controle determinarão se a atividade será contida ou catalisadora de degradação.

● Dilema estratégico nacional

Receita e segurança energética de curto prazo versus credibilidade climática, integridade do bioma e a economia da floresta em pé — escolha que definirá a posição do Brasil na transição global.

Principais Fontes Consultadas

Dados e fatos atualizados até julho de 2026



- Ibama — Licença de Operação nº 1684/2025 (Bloco FZA-M-59) e pareceres técnicos subsequentes (2026)
- Ministério Público Federal — Recomendações e ações sobre a Foz do Amazonas (PR-PA, 2026) e perícia sobre o Complexo do Azulão (2025)
- Petrobras — Plano de Negócios: 15 poços na Margem Equatorial até 2029; investimentos de US\$ 3 bi na Foz do Amazonas
- WWF-Brasil — Análise de custo-benefício da Foz do Amazonas x renováveis (abril de 2026) / Agência Brasil
- ANP — Autorização de retomada da perfuração do poço Morpho e auditoria da sonda NS-42 (fevereiro de 2026)
- Imprensa especializada — InfoAmazonia, ClimaInfo, Amazônia Real, Brasil Energia, eixos, AEPET (2025–2026)
- SITAWI — Impactos socioambientais e salvaguardas (ESG) da exploração de óleo e gás no Amazonas e Médio Juruá